

Cobertura jornalística das *Jornadas de Junho*: um estudo interdisciplinar

Marcos Rogério Martins Costa

Universidade de São Paulo (USP), Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP),
São Paulo, São Paulo, Brasil
marcosrmcosta15@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i3.1522>

Resumo

Este estudo objetiva investigar as estratégias discursivas da cobertura jornalística resultante das manifestações populares de rua ocorridas em junho de 2013, nomeadas de *Jornadas de Junho*. A perspectiva teórica desta pesquisa é interdisciplinar, uma vez que promove, principalmente, os pressupostos da semiótica francesa (GREIMAS; COURTÉS, 2008) e da filosofia bakhtiniana (BAKHTIN, 2006). Como *corpus* de análise, escolhemos duas reportagens publicadas por mídias impressas diferentes no dia 20 de junho de 2013: uma da *Folha de São Paulo*, outra de *O Estado de São Paulo*. A partir desse *corpus*, em um primeiro momento, distinguimos o gênero reportagem da noção de notícia e, a seguir, analisamos semioticamente como se construiu o ponto de vista sensível das estratégias enunciativas nas duas reportagens selecionadas.

Palavras-chave: cobertura jornalística; Jornadas de Junho; interdisciplinaridade.

News coverage of *June Protests*: an interdisciplinary study

Abstract

This study aims to investigate the discursive strategies of journalistic coverage resulting from popular street manifestations that occurred in June 2013. They were named *June Protests*. The theoretical perspective of this research is interdisciplinary because it mainly promotes the assumptions of the French semiotics (GREIMAS; COURTÉS, 2008) and the Bakhtin's philosophy (BAKHTIN, 2006). As *corpus* of the analysis, we chose two reports published by different print Medias on June 20, 2013: one, by *Folha de São Paulo*; another, by *O Estado de São Paulo*. From this *corpus*, at first, we distinguish the report gender from the notions on news; and, subsequently, we semiotically analyze how they built the sensible point of view of enunciative strategies in the two selected reports.

Keywords: news coverage; June Protests; interdisciplinarity.

Introdução

Desde os anos de 1960, em diversas áreas do conhecimento, o estudo dos movimentos sociais ganhou notoriedade e passou a ser considerado um objeto científico de análise (GOHN, 2014a). Considerando a emergência desse objeto nas ciências da linguagem, propomos investigar as estratégias discursivas da cobertura jornalística

resultante das manifestações populares de rua ocorridas em junho de 2013, nomeadas de *Jornadas de Junho*¹.

Essas manifestações ocorreram inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas de transporte público em São Paulo/SP. Esses atos de protesto, depois, se alastraram por todo o território, reivindicando diferentes pautas, e perduraram até meados do primeiro semestre de 2014. Dentre os protestos populares emergentes no século XXI no Brasil, as *Jornadas de Junho* foram consideradas a maior mobilização popular do período de redemocratização, segundo diversas pesquisas, como, por exemplo, os estudos de Gohn (2014b), Secco (2013) e Nobre (2013). Além disso, é um capítulo da história que gerou extenso e corrente debate teórico sobre a organização popular e política no País, conforme destacam as obras de distintos grupos de pesquisa e áreas do conhecimento (GOHN, 2015; ANDREW et al., 2014; SOUSA, 2013).

Observar a atuação da imprensa e sua influência sobre a opinião pública pode ser uma maneira de se entender tanto a mudança na dinâmica dos protestos em junho de 2013 quanto os valores e objetos, apreciados e repudiados, pela cobertura jornalística, em especial aquela veiculada pela mídia impressa, objeto de nosso estudo.

No início dos protestos das *Jornadas de Junho*, os grandes veículos de comunicação realizaram uma cobertura jornalística que, no geral, depreciava os atos e seus manifestantes, uma vez que enfatizavam em demasia a interrupção do tráfego urbano e os atos de vandalismo em prédios públicos e particulares. Isso diminuía a relevância da pauta colocada em debate pelo Movimento Passe Livre (MPL) – movimento social descentralizado, heterogêneo e apartidário que organizou as primeiras manifestações – que era, e continua sendo, o direito de um transporte público gratuito e de qualidade. Com a popularização de vídeos e relatos nas redes sociais digitais, que registraram e comentaram a atuação truculenta e extremada dos policiais durante os terceiro e quarto atos de protesto, realizados respectivamente nos dias 11 e 13 de junho de 2013, esses veículos de comunicação atenuaram seus discursos e, com isso, as manifestações aumentaram consideravelmente.

¹ Ressaltamos que esse fenômeno recebeu diferentes títulos conforme o posicionamento teórico de seus pesquisadores. Por exemplo, para a socióloga Gohn (2014b, p. 8), ele foi chamado de “manifestações de Junho”. Já o historiador Nobre (2013, p. 142) preferiu nomeá-lo de “Revoltas de junho”. Dentre esses diferentes rótulos discursivos, optamos pela designação “Jornadas de Junho”, proposta pelo historiador Secco (2013, p. 71).

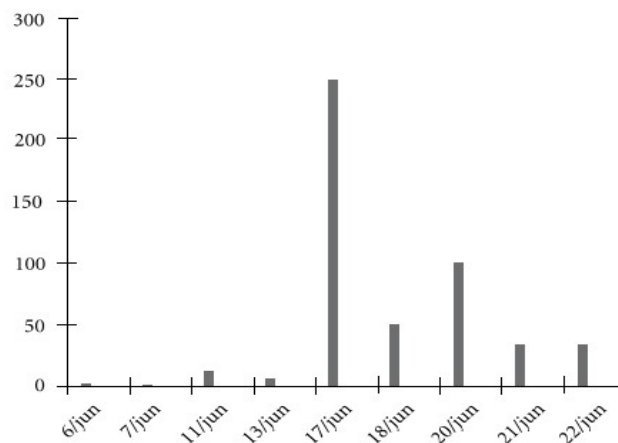


Figura 1. Número de manifestantes em São Paulo/SP, em milhares, no mês de junho de 2013

Fonte: Secco (2013, p. 73)²

Segundo o gráfico de Secco (2013), podemos depreender que houve um aumento significativo da participação popular nas manifestações de rua depois dos dias 11 e 13 de junho, alcançando a marca histórica de 250 mil pessoas no dia 17 de junho de 2013. Depois do dia 21 do mesmo mês, houve uma queda nessa participação na capital paulista porque, na tarde do dia 19, foi revogado o aumento da tarifa de transporte público, anunciado pelo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e apoiado pelo governador do Estado, Geraldo Alckmin. Evidenciado esse momento peculiar das *Jornadas de Junho*, este estudo se concentra em examinar a cobertura jornalística das manifestações de rua ocorridas na capital de São Paulo de 6 a 18 de junho de 2013, no retrospecto da publicação do dia 20.

Como *corpus*, escolhemos duas reportagens publicadas por veículos diferentes da mídia impressa na edição do dia 20 de junho de 2013: uma da *Folha de São Paulo* (doravante *Folha*), outra de *O Estado de São Paulo* (doravante *Estado*). Os dois jornais impressos foram selecionados por contarem com grande circulação no território nacional e serem dois dos mais antigos³. Em nossa análise, o objetivo é depreender as estratégias discursivas arquitetadas pelos dois jornais em seus respectivos textos, bem como diferenciar, a partir da noção de gênero, proposta por Bakhtin (2006), o estilo, a temática e a estrutura composicional da *reportagem*. É relevante efetuar essas metas de análise, pois, com isso, torna-se possível apreender semioticamente como o sujeito da enunciação de cada uma das reportagens apreciou os fatos ocorridos durante as

² De acordo com Secco (2013, p. 74), “estimativas oficiais para os primeiro, segundo e terceiro atos são da Polícia Militar de São Paulo. Em relação ao quarto ato, a estimativa é do *Brasil de Fato*. Já as estimativas oficiais do quinto e do sexto ato são do *Datafolha*. Cf. *O Estado de S. Paulo*, 19 jun. 2013”.

³ O *Estado* teve a primeira publicação em 4 de janeiro de 1875 com o nome de *A Província de São Paulo*, e a *Folha*, em 19 de fevereiro de 1921, como *Folha da Noite*. A média da circulação nacional do jornal impresso para o ano de 2013 do *Estado* foi de 234.863 exemplares, e a da *Folha*, de 294.811 exemplares, sendo colocados entre os cinco jornais mais lidos do Brasil no ano de 2013. Essa consulta foi realizada na Associação Nacional de Jornais, que classifica a circulação paga por ano dos maiores jornais do País, disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>., Acesso em: 11 ago. 2016.

manifestações das *Jornadas de Junho* na cidade de São Paulo/SP: mais subjetiva ou mais objetivamente⁴.

Para examinar esse *corpus*, partimos de uma proposta teórica interdisciplinar que, conforme explica Fiorin (2008, p. 38), “pressupõe uma convergência, uma complementaridade, o que significa, de um lado, a transferência de conceitos teóricos e de metodologias e, de outro, a combinação de áreas”. Com isso, ressaltamos que, ao reunirmos distintas epistemologias teóricas, como a da semiótica francesa (GREIMAS; COURTÉS, 2008) e a da filosofia bakhtiniana (BAKHTIN, 2006), não estamos eliminando as arestas de cada disciplina, pois são elas que tornam cada proposta teórica, de um lado, singular frente às demais e, de outro, sempre incompleta e inacabada. Nosso intuito é aproveitar as vizinhanças teóricas de cada uma, contribuindo, assim, para a investigação desse objeto complexo: as *Jornadas de Junho*.

Para tanto, dividimos este estudo em duas partes. Em um primeiro momento, distinguimos o conceito de *reportagem* da noção de *notícia*, evidenciando as suas especificidades e coerções de gênero, em acordo com as definições de Berger e Marocco (2014) e Bakhtin (2006), principalmente. No segundo momento, realizamos a análise semiótica das duas reportagens selecionadas. Nessa análise, o foco é o cotejo dos distintos pontos de vista construídos *no* e *pelo* texto, conforme os pressupostos teóricos de Zilberberg (2011) e Fontanille (1999; 2008).

Reportagem: um gênero em (trans)formação

Para se entender o gênero jornalístico *reportagem*, precisamos distingui-lo da noção de *notícia*. Para tanto, partimos do verbete *notícia*, publicado no *Dicionário essencial de comunicação*, de Rabaça e Barbosa (2014, p. 190):

Relato de fatos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público. Segundo Fraser Bond, “a notícia não é um acontecimento, ainda que assombroso, mas a narração desse acontecimento”. Como fenômeno essencialmente jornalístico, a notícia requer tratamento apropriado – que envolve apuração, pesquisa, comparação, interpretação e seleção – e redação adequada, de acordo com as peculiaridades do veículo. Mas para que, com toda a técnica jornalística, se produza uma boa notícia, é essencial que o fato reúna determinados atributos, como: atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc.

Esse verbete evidencia que, para ser de interesse do enunciatário, o enunciador transforma o fato pessoal ou coletivo em algo de importância e relevância no processo de construção composicional, temática e estilística do gênero *notícia*. É por isso que Rabaça e Barbosa (2014, p. 190) insistem em afirmar que, para uma notícia ser “boa” – isto é, ser publicável –, “é essencial que o fato reúna determinados atributos, como: atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade,

⁴ Por *estratégia discursiva*, entendemos, conforme Greimas e Courtés (2008, p. 182), “a colocação em discurso (ou discursivização) das estratégias narrativas”, que diz respeito, por sua vez, “à construção, à circulação, à destruição dos objetos de valor, bem como à instauração de sujeitos delegados, encarregados da execução dos programas narrativos anexos”.

importância e consequências para a comunidade, proximidade etc.”. Essa série de características aponta os principais critérios de seleção de um fato na esfera jornalística.

Ao recuperarmos a historicidade do conceito de *notícia*, reconhecemos que essas características são decorrentes de diversos fatores socioculturais. Na época dos primeiros jornais, a notícia estava associada a um acontecimento espetacular, de grande novidade, como, por exemplo, a morte e/ou nascimento de autoridades políticas (reis, rainhas, príncipes etc.), desastres (incêndios, naufrágios etc.), fenômenos naturais (terremotos, desmoronamentos, passagens de cometas etc.), dentre outros. Posteriormente, como destaca Marcondes Filho (2014, p. 361), “por volta do último quartel do século XIX, a notícia ganha mais investimentos para melhorar sua aparência e vendabilidade: criam-se as manchetes, os destaques, as reportagens, trabalha-se mais nas capas, no logotipo, nas chamadas de primeira página”⁵.

A notícia, então, mascara-se como fato de interesse público. Implicitamente, está consolidada em suas práticas uma seleção, como podemos depreender a partir de seus critérios de escolha dos fatos e eventos. Em termos da semiótica francesa (GREIMAS; COURTÉS, 2008), essa seleção está relacionada ao *contrato manipulatório (fazer-fazer)* entre enunciador-jornal e enunciatário-leitor. Temos, também, um *contrato fiduciário (fazer-criar)* estabelecido entre enunciador e enunciatário, no qual a notícia é participante. Sobre isso, podemos retomar algumas reflexões de Marcondes Filho (2014, p. 360):

Por ser um componente imaterial com capacidade e certa dose de efeitos que podem impactar opinião pública, ela [notícia] jamais é neutra, imparcial ou objetiva; ao contrário, ela entra na disputa política, econômica ou ideológica maior, sendo um de seus componentes mais importantes.

Compreendemos, assim, que a notícia não é neutra – mesmo quando ela o parece ser, ela não o é (semioticamente, é um efeito de ilusão) –, pois a ordem da linguagem não é necessariamente a ordem do mundo natural, conforme Greimas e Courtés (2008). Ressaltamos, portanto, que o enunciador do jornal crê ser e quer ser o porta-voz do debate público e, por isso, cria ilusão de realismo, às vezes mais, às vezes menos impactante. Compreendendo esse panorama, conseguimos entender por que Rabaça e Barbosa (2014, p. 190, grifo nosso) alertam: “a notícia requer tratamento apropriado – que envolve apuração, pesquisa, comparação, interpretação e seleção – e redação adequada, de acordo com *as peculiaridades do veículo*”. As “peculiaridades do veículo” não se referem somente à sua diagramação, mas ao seu posicionamento axiológico sobre o mundo e suas criaturas, isto é, semioticamente, o ponto de vista sobre o qual tematizam e figurativizam os fatos relatados *no e pelo* veículo de comunicação.

⁵ Conforme explica Discini (2009, p. 220), temos alguns elementos que compõem a notícia, como, por exemplo, *sobretítulo, subtítulo, lead/lide*. “Entende-se por sobretítulo e subtítulo a frase em linha fina que, usada sem ponto final, esclarece a manchete: se colocada acima da manchete, é sobretítulo; se colocada abaixo, subtítulo. *Lead*, ou *lide*, é o resumo da notícia, que apresenta respostas às perguntas: quem?(fez), o quê? quando? onde? por quê? O *lide* aparece na primeira página, em que resume, nos primeiros parágrafos, o conteúdo da notícia, mas também aparece no interior do jornal, onde a notícia está de corpo inteiro”.

Poderíamos, assim, dizer que a notícia não seria propriamente a *narração* do acontecimento, mas a *interpretação* desse acontecimento. Essa interpretação não deixa de ser constituída *nas e pelas* práticas assumidas na cena predicativa em que o jornal circula, uma vez que, como explica Fontanille (2008, p. 40), “a negociação da intersecção axiológica só pode ser descrita no nível da prática, pois no texto apenas poderemos observar argumentos de compromisso, ou eventuais descompassos entre planos de enunciação”. Para Fontanille (2008), se só observarmos o texto-enunciado, não conseguiremos entender as práticas semióticas que o circundam. Desse modo, compreendemos, aqui, por *texto*, a semiose entre um plano da expressão e um plano do conteúdo (GREIMAS; COURTÉS, 2008), e por *prática semiótica*, “uma modificação dos corpos e das figuras, que implica uma sintaxe figurativa. O conjunto (papéis, atos, modalizações, paixões e sintaxe figurativa) constitui esse primeiro dispositivo [as práticas semióticas]” (FONTANILLE, 2008, p. 23). Como entendemos, existem práticas de seleção dos fatos para que um evento se torne ou não uma notícia. Por exemplo, ele deve ter os seguintes atributos, segundo Rabaça e Barbosa (2014): atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc. Há, ainda, as práticas de obtenção, escrita e adequação das notícias, pois, conforme os mesmos autores, essas outras práticas seriam apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção e redação adequada, de acordo com as peculiaridades do veículo.

Ao conceituarmos *reportagem*, primeiramente, alertamos que, em acordo com Berger e Marocco (2014, p. 403), “no âmbito dos gêneros jornalísticos, a reportagem se descola da notícia e se desdobra em um sem-fim de tipos, entre os quais se destacam a reportagem investigativa, a reportagem de precisão, entre outras tantas”. Essa ruptura se dá porque a reportagem possui elementos que rompem com o paradigma da objetividade jornalística, mesmo este sendo um efeito de ilusão. Por isso, se compararmos, de um lado, a notícia jornalística padrão e, de outro, uma reportagem, poderemos verificar uma gradação escalar: esta produz menos efeito de objetividade do que aquela, embora ambas sustentem um ponto de vista sobre o mundo e o defendam em sua tessitura discursiva.

Corroborando com essa tese, podemos citar a reflexão de Berger e Marocco (2014, p. 404) sobre as duas figuras estranhas que convivem no seio do gênero reportagem:

Não há reportagem, no entanto, que não se torne um fragmento de jornalismo, um pedaço que só existe porque em torno dele, antes e depois dele, existe algo como a continuidade do jornalismo, não obstante em suas margens e/ou com ele, a reportagem pode formar, no espaço dos dispositivos mediáticos, duas figuras estranhas. Uma delas é a da transgressão, do modo transgressivo de reconhecimento da época em que se vive, na palavra ou na imagem transgressora; a outra é a figura de todas as reportagens que apontam e fazem sinal para as edições do grande arquivo que reúne a coleção de jornais publicados.

Como podemos notar, a reportagem é transgressora, seja porque propõe outro modo de ver e de reconhecer os fatos, seja porque, como elemento diferente do conteúdo que a circunda, coloca em xeque o próprio jornal e suas edições. Em outras palavras, sendo um gênero mais flexível, ela propõe, implícita ou explicitamente, uma

reflexão sobre o que é noticiar e como se noticia um fato. A reportagem, portanto, vai além do factual, e traz, por exemplo, declarações das partes envolvidas, tem o *lide* mais criativo, a linguagem pode ser menos formal do que a prevista na notícia padrão. Daí a reportagem não ser uma notícia, se formos seguir à risca as práticas de seleção, obtenção, escrita e adequação do texto-objeto notícia, conforme depreendemos na definição de Rabaça e Barbosa (2014).

Em contrapartida, salientamos que, para esses mesmos autores, o termo *reportagem* não constitui um gênero específico diferente do de notícia jornalística, uma vez que eles o definem por duas acepções:

1. Conjunto das providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: cobertura, apuração, seleção dos dados, interpretação e tratamento, dentro de determinadas técnicas e requisitos de articulação do texto jornalístico informativo.
2. Equipe de repórteres de um jornal, revista, cinejornal, emissoras de televisão e rádio etc. (RABAÇA; BARBOSA, 2014, p. 239).

Para os dois autores, reportagem é, em primeiro lugar, um conjunto de práticas que compõem a atividade do jornalismo e, em segundo lugar, um grupo de repórteres de determinado veículo de comunicação. Essa divergência na concepção dos gêneros jornalísticos é esperada devido à recente formação e consolidação da área da Comunicação como teoria científica e prática profissional, conforme assevera Marques de Melo (1992).

Com relação à classificação dos gêneros jornalísticos, ela também é incipiente, embora a primeira tentativa de classificação tenha ocorrido no século XVIII, com Samuel Buckeley, que dividiu o conteúdo do jornal *Daily Courant* em dois segmentos: notícias (*news*) e comentários (*comments*). Somente um século depois, outros periódicos nos Estados Unidos e na Inglaterra, principalmente, resolveram adotar essa separação entre notícias e comentários. Mas tal divisão não ficou clara, de imediato. E até nos dias de hoje não há, como vimos, um consenso geral sobre a classificação dos gêneros jornalísticos.

No Brasil, a primeira classificação temática foi proposta por Beltrão (1992) e depois desdobrada por Marques de Melo (1992). Segundo essa proposta, teríamos três tipos de gênero: os informativos, os interpretativos e os opinativos. Os gêneros informativos fazem uma descrição de um fato noticiável segundo um ponto de vista objetivo, com um grande poder de síntese e efeito de sentido de imparcialidade. Alguns gêneros informativos são notícia, reportagem-relato, entrevista, dentre outros. Os gêneros opinativos, por sua vez, fazem uma leitura interpretativa de determinado fato ou situação, por isso não são retratos objetivos, tendo, portanto, mais variáveis estilísticas do que os informativos. O editorial, o artigo de opinião, a carta do leitor, dentre outros, são alguns exemplos de gêneros opinativos. Os gêneros interpretativos, por fim, tratam um determinado tema ou acontecimento em profundidade. Em geral, esse texto pode construir tanto uma narrativa literária como um relato investigativo, ambos de forte impacto sensível. Os principais exemplares desse tipo de gênero são as grandes reportagens investigativas.

Como vimos, o debate sobre os gêneros jornalísticos está longe de acabar. Por ora, neste estudo, adotamos a classificação mais difundida no Brasil por estar mais emparelhada à nossa cultura e valores. Ressaltamos que, diferentemente da concepção de Rabaça e Barbosa (2014), concordamos com Berger e Marocco (2014) quando afirmam que o gênero *reportagem* é diferente de notícia, embora ambos pertençam aos gêneros informativos, conforme Beltrão (1992) e Marques de Melo (1992). Ficou evidente, portanto, que a reportagem é um gênero em (trans)formação, porque, como sugere a proposta de Beltrão (1992), não está inserido predominantemente nem entre os gêneros de caráter informativo, nem entre os de proposta interpretativa. Logo, ele está em formação. E, diante de sua instabilidade e das diversas possibilidades de tipificação, depreendemos ser um gênero em transformação no escopo de sentido que se estabelece entre a informação (maior efeito de sentido de objetividade) e a interpretação (maior efeito de sentido de subjetividade). A partir dessas observações, traçamos nossa análise sobre esse peculiar gênero jornalístico.

Resgatando os três componentes do gênero discursivo, na mirada bakhtiniana – “conteúdo temático, estilo, construção composicional” (BAKHTIN, 2006, p. 262) –, propomos investigar o gênero *reportagem*. Para tanto, reiteramos que o *conteúdo temático*, para Bakhtin (2006), não é o assunto sobre o que se trata um determinado enunciado, mas o recorte responsivo do sujeito da enunciação sobre determinado tema. Já a *construção composicional* diz respeito à estruturação geral interna do enunciado em diálogo com as escolhas de textualização e discursivização do sujeito da enunciação. O *estilo*, por sua vez, corresponde ao tom volitivo-emotivo, utilizado pelo enunciador em sua interação com o enunciatário. Como podemos observar, em todos os casos, há, semioticamente, a presença/intervenção do sujeito da enunciação – ora tácita, ora explícita.

Diante dos diversos e distintos tipos de reportagens, optamos neste estudo pelas *reportagens com temática historiográfica*. Desse modo, comparando esse tipo de reportagem com a notícia, podemos afirmar que o conteúdo temático dessa reportagem *historiciza* um fato, mais do que o relata. Por isso, diferentemente do gênero notícia, que recupera o tempo do presente, a reportagem com temática historiográfica o resgata do passado. Em outras palavras, a notícia, em geral, recria linguisticamente e discursivamente o tempo, do presente para o passado; já a reportagem com temática historiográfica faz o percurso inverso, do passado para o presente.

Podemos verificar esse princípio comparando as marcas de tempo na construção composicional dos dois gêneros. Para tanto, retomamos algumas manchetes e *lides* das notícias da primeira página e das reportagens selecionadas, ambas publicadas no dia 20 de junho de 2013 nos jornais *Estado e Folha*:

- a) Notícias: predomínio do tempo presente.
- (1) Haddad e Alckmin *cedem*, tarifa *volta* a R\$ 3 e MPL *mantém* ato (OESP, 2013a, p. A1, grifo nosso).
- (2) Manifestantes *destacam* que não são anarquistas (OESP, 2013a, p. A1, grifo nosso).
- (3) Protestos de rua *derrubam* tarifas (FSP, 2013, p. A1, grifo nosso).

- (4) Movimento Passe Livre *agora* quer transporte gratuito (FSP, 2013, p. A1, grifo nosso).
- b) Reportagens com temática historiográfica: predomínio do tempo passado.
- (5) Pichadores *foram* protagonistas no quebra-quebra do centro (OESP, 2013b, p. A25, grifo nosso).
- (6) *Alimentados online*, de um sentimento social difuso, atos *foram* bem além da luta por R\$ 0,20 (OESP, 2013b, p. A25, grifo nosso).
- (7) *Após protestos*, Estado e prefeitura decidem baixar tarifa de transporte para R\$ 3, mas vão cortar investimentos (GAMA et al., 2013, p. C2, grifo nosso).
- (8) Rio e outras 6 capitais também terão redução de passagem de ônibus; mobilização *foi* a maior desde queda de Collor (GAMA et al., 2013, p. C2, grifo nosso).

O conjunto de excertos (a) demonstra, com clareza, o predomínio do tempo presente, como se eles estivessem ocorrendo concomitantemente ao tempo da enunciação. Podemos verificar isso pelo uso do tempo verbal no presente do modo indicativo (excertos 2 e 3) e por dêiticos temporais do presente como “agora” (excerto 4) e pela organização dos períodos que, mesmo alocando uma sequência de fatos ocorridos em momentos diferentes, enuncia-os no momento presente de maneira sequencial (excerto 1).

Em contrapartida, o conjunto de excertos (b) privilegia o uso do tempo passado para construir o fato. São utilizados tempos verbais no passado (excertos 5, 6 e 8), expressões dêiticas também retomando o passado, como o particípio passado, por exemplo, “alimentados” (excerto 6). E no caso do excerto 7, a expressão “após” indica uma relação de anterioridade, reafirmando, nesse enunciado, um tempo-espaço anterior ao tempo-espaço do presente da enunciação e ao marco referencial “protestos”. A organização dos períodos que ora topicaliza a ação passada (excerto 7), ora formula o período passado como a causa do outro período que o acompanha, em uma relação semântica de causa e efeito (excerto 8) também indica o passado. Constatamos, assim, que a construção composicional acompanha e reitera o conteúdo temático, uma vez que os trechos selecionados do conjunto (b) recuperam o tempo passado para reconstruir, linguística e discursivamente, a temática historiográfica do gênero *reportagem*.

Ainda em sua construção composicional, a reportagem constitui um texto sincrético que homologa em sua tessitura a linguagem verbal e a visual. Desse modo, para efetuar tematicamente a sua historiografia, a reportagem constrói figurativamente a história a partir da seleção, organização e hierarquização de textos verbais, imagens, fotografias, gráficos, quadros descritivos e outros expedientes figurativo-temáticos. Com isso, o estilo da reportagem é mais figurativo e flexível em suas possibilidades de textualização do que o da notícia, que é, em geral, predominantemente temático e bem menos móvel em suas coerções genéricas (relativo a gênero), conforme discutimos a partir de Berger e Marocco (2014) e Marcondes Filho (2014).

Isso tudo reforça a hipótese de distinção entre notícia e reportagem. Indica também a existência de um subgênero: a reportagem com temática historiográfica. Compreendida essa proposta teórica que perpassa o discurso jornalístico, podemos analisar como esse subgênero recriou discursivamente a historiografia das *Jornadas de*

Junho a partir da seleção/interpretação de fatos e acontecimentos dos protestos ocorridos na capital paulista no mês de junho de 2013.

A cobertura jornalística do *Estado* e da *Folha*: uma análise semiótica

No dia 20 de junho de 2013, o grande tema abordado pelos dois veículos foi a revogação do reajuste de R\$ 0,20 na tarifa de transporte público na capital paulista. Para abordar esse acontecimento extraordinário na política da cidade e do Estado de São Paulo, os dois jornais criaram, cada um à sua maneira, uma historiografia. Como explica Altman (2003, p. 28), “a atividade historiográfica [...] presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (história *rerum gestarum*) para o quadro de reflexão que constrói o historiógrafo”. Em maior ou menor medida, isso também se aplica à prática jornalística, como pudemos apreender no tópico anterior, quando foi discutida a noção de notícia a partir de Marcondes Filho (2014) e Marques de Melo (1992).

Nas reportagens selecionadas, essa proposta historiográfica fica ainda mais evidente, uma vez que está associada à temática do gênero, e, conseqüentemente, ao recorte responsável e responsivo do sujeito da enunciação. Para examinarmos como isso se dá nos textos, seguimos com a análise das reportagens do *Estado*, nomeada *reportagem I*, e a da *Folha*, intitulada *reportagem II*, ambas reproduzidas de forma panorâmica:



Figura 2. Diagramação gráfica panorâmica da reportagem I: *Estado*, 20 de junho de 2013
Fonte: *Estado* (2013b, p. A24-A25)

Webb (2014, p. 14) explica, “a fotografia jamais poderá apresentar a verdade por completo, mas ela pode moldar a história pelo fato de estar relacionada à verdade”.

O mesmo se pode dizer dos elementos visuais, como um todo. Eles evocam um efeito de veridicção por meio da articulação da categoria *visível/oculto*, porque o que é visível (fotografias, fotomontagens, gráficos, quadros, mapas, figuras, texto verbal etc.) reforça o que é oculto (posicionamento axiológico do sujeito da enunciação). Isso é evidente, já que o enunciador só dá a ver ao enunciatário o que é conveniente a seu contrato manipulatório e fiduciário.

Podemos observar essa ideia na maneira como, na reportagem I (cf. Figura 2), o título “Festa e Fúria” é figurativamente representado na fotomontagem que o sucede⁷. Na porção esquerda da imagem, na perspectiva do leitor, o tema da *festa* é semissimbolizado pelas figuras dos atores manifestantes que estão em uma comemoração verde e amarela. Em contraposição, no centro da imagem, o tema da *fúria* é figurativizado pelos atores manifestantes que incendeiam as estações de metrô. No lado direito, encontram-se os atores manifestantes partidários de grupos políticos assumidamente de esquerda (PSTU, ANEL, PSOL), o que pode representar a insurgência de possíveis grupos anarquistas, objeto nocivo à sociedade democrática na perspectiva do enunciador-jornal *Estado*. Desse modo, pela categoria topológica (posição), podemos perceber que o tema da *fúria* prepondera sobre o da *festa*, uma vez que o centro e o lado direito, na perspectiva do leitor, quase dois terços da imagem, são ocupados por elementos que reforçam o tema da *fúria*, enquanto a temática da festa está restrita ao canto esquerdo da imagem, exatamente na parte menos preterida pelo olhar do leitor ocidental, que lê da esquerda para a direita. Assim, podemos confirmar, na semiose dos dois planos da linguagem, que o enunciador-manipulador está dizendo ao seu enunciatário-manipulado que mais se deve temer do que festejar as manifestações ocorridas.

Os semissimbolismos entre os dois planos são reforçados também nas outras reportagens. Na reportagem II (cf. Figura 3), há o emparelhamento de dois mapas, o do estado de São Paulo e o do Brasil, que cria a analogia, na qual se faz crer e saber que as manifestações começaram em São Paulo, especificamente em sua capital, e, depois, espalharam-se pelo território nacional. Outros recursos visuais e verbais confirmam essa expansão das manifestações: a tabela evidenciando as cidades que reduziram o preço das passagens, as alusões históricas inseridas no mapa destacando diferentes cidades em diferentes momentos e as fotos e suas legendas ao redor dos mapas, as quais retratam diversos protestos em cidades diferentes (Belo Horizonte/MG; Osasco/SP; Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ). Com isso, o enunciador reforça a sua tese, proposta no título da reportagem: “Milhares nas ruas *obrigam* Alckmin e Haddad a *recuar*” (GAMA et al., 2013, p. C2). O recurso do mapa e o da tabela dão credibilidade ao seu dizer, contribuindo para a manipulação. Assim, podemos afirmar que o verbal corrobora o visual e vice-versa também nessa reportagem.

⁷ Conforme Rabaça e Barbosa (2014, p. 114), a fotomontagem é uma “técnica de combinar duas ou mais imagens separadas para produzir uma nova composição. Pode ser feita por meio de técnicas fotográficas convencionais (duas ou mais exposições no mesmo filme, ou projeção de vários negativos sobre o mesmo papel fotográfico, entre outros processos) ou recursos de fotografia digital e computação gráfica”.

Sobre os recursos de seleção e hierarquização dos conteúdos, podemos observar que as duas reportagens se distinguem. Cada uma seleciona e hierarquiza de maneira diferente seus objetos e sujeitos. De acordo com Fontanille (1999), é possível distinguir, pelo menos, quatro tipos diferentes de estratégias de construção do ponto de vista sensível nos textos: a particularizante, a acumulativa, a eletiva e a englobante. Essas estratégias são apreendidas por meio das distintas relações estabelecidas entre o sujeito cognitivo-perceptivo e o objeto percebido, recuperadas do texto pela análise dos actantes posicionais alvo, fonte e controle.

Nesse estudo, Fontanille (1999) desloca o debate do ponto de vista do sujeito a fim de realocá-lo na relação entre uma *fonte* e um *alvo*. Sua proposta é para que a *fonte* seja o sujeito que percebe e o *alvo*, o objeto percebido. Nessas condições, o *ponto de vista* consiste, sobretudo, na modalização que se instaura sobre essa relação. Essa modalização determina as formas de interação estabelecidas entre a fonte e o alvo. Fontanille (1999) prevê também os actantes de *controle*, os quais gerenciam a relação entre as fontes e os alvos. Eles podem ser definidos na variação dos gradientes de intensidade e de extensão, ou seja, toda modulação ou variação brusca de ambos, alvo e fonte, será atribuída a um actante de controle que ora pode enfraquecer, ora permite fortalecer a presença do actante, seja ele alvo, seja ele fonte. Os modos de articulação desses três actantes, fonte, alvo e controle, definem, portanto, o tipo de estratégia predominante em um texto: particularizante, eletiva, acumulativa e globalizante.

Com base nessa perspectiva de Fontanille (1999), podemos afirmar que a reportagem I se utiliza predominantemente da estratégia particularizante para construir seu ponto de vista sobre a historiografia das *Jornadas de Junho*. Verificamos essa situação desde o subtítulo: “Festa e fúria: *as três faces do movimento nas ruas*” (OESP, 2013b, p. 24, grifo nosso). São apresentadas *apenas e somente três* faces do movimento nas ruas; de fato, temos três conjuntos de textos: um na parte central e superior, ocupando as duas páginas, intitulado “Pichadores foram protagonistas no quebra-quebra”; um do lado esquerdo, nomeado “Clima festivo reúne várias tribos na Paulista”, e outro do lado direito, designado “Por trás dos saques, morador de rua, viciado e trabalhador”, estes dois últimos na parte inferior da página. Cada um dos textos trata de uma faceta da manifestação e nenhum deles se diz completo ou exaustivo, porque, desde o *lide*, localizado na parte superior da página, o enunciador reconhece o sentimento social difuso que se associa ao objeto em análise, tanto que ele destaca isso visualmente no texto utilizando um tamanho de letra maior e em negrito: “Alimentados online, *de um sentimento social difuso*, atos foram bem além da luta por menos R\$ 0,20” (OESP, 2013b, p. A25, grifo do autor). Temos, assim, o actante de controle associado, principalmente, às práticas de seleção, organização e hierarquização dos temas e das figuras *no e pelo* texto. O actante fonte, por isso, encontra-se robustecido frente ao actante alvo.

Há, portanto, um sujeito perceptivo que reconhece o objeto por partes, detalhes. Estes, ele trata de maneira curta, tanto em espaço quanto em tempo, atribuindo para esses detalhes, por sua vez, uma tonicidade dosada (ZILBERBERG, 2011). Isso ocorre porque existe maior predominância do ator da enunciação sobre a construção do ator do enunciado, se comparada à outra reportagem.

A reportagem II recupera, por sua vez, a historicidade dos protestos de rua das *Jornadas de Junho* a partir de uma estratégia predominantemente acumulativa, verificada pelos diferentes elementos verbos-visuais utilizados a fim de explicar o fenômeno das *Jornadas de Junho*: fotomontagem, cronologia, mapas, tabela, alusões históricas, dentre outros. Todos esses recursos constituem as diferentes visadas do sujeito sobre o objeto. Em nenhuma delas, o sujeito se detém em profundidade. Desse modo, percorre o objeto por diferentes tomadas de perspectiva: pelos mapas, pelas fotos, pelo texto verbal etc. É ainda uma reconstrução do objeto por partes, mas com uma duração ampliada e uma tonicidade fraca (ZILBERBERG, 2011). Por isso, notamos um actante de controle atuante, como na estratégia anterior, mas com um actante alvo mais fortalecido frente ao actante fonte.

Concluimos, desse modo, que cada uma das reportagens selecionadas construiu um tipo de estratégia diferente: a reportagem I prevê uma estratégia particularizante; a reportagem II, uma estratégia acumulativa. Podemos, então, recuperar esse recorte responsivo e responsável do sujeito da enunciação nos textos selecionados por meio das diferentes escolhas enunciativas depreendidas no enunciado e por meio da construção sensível do ponto de vista no discurso.

Também podemos entender o estilo dessas reportagens pela construção sensível do ponto de vista adotado em cada um dos textos analisados. Isso é possível, pois, compreendendo *estilo* como particularidade discursiva e textual que instaura uma imagem do autor, conforme Discini (2009), podemos recuperar, pela recorrência do seu modo de dizer, um efeito de sentido de individualidade. E, se, como vimos, a regulação modal de um ponto de vista sensível é flagrante de uma estrutura de comunicação elementar, logo se confirma a emergência de um estilo, de um modo de ser e habitar o mundo, também segundo a proposta de Discini (2009).

Sendo assim, observando as duas reportagens e comparando-as, podemos perceber duas totalidades estilísticas. A reportagem I, do *Estado*, coloca em prioridade o sujeito cognitivo-perceptivo, construindo uma interação entre alvo e fonte mais subjetivada, uma vez que ela trata do objeto de maneira parcial, segmentando, detalhando e especificando o estado das coisas. Em termos bakhtinianos, podemos dizer que as forças que imperam são as *centrípetas*, isto é, prevalece o movimento do mundo natural em direção ao corpo sensível do autor-criador (semioticamente, o enunciador).

A reportagem II, da *Folha*, por sua vez, coloca em prioridade o objeto percebido, articulando, assim, uma interação entre alvo e fonte aparentemente mais objetivada, visto que se observa o objeto de maneira global, compreendendo, dominando e percorrendo o estado das coisas. Logo, na esteira da filosofia bakhtiniana, podemos afirmar que ali imperam as *forças centrífugas*, uma vez que preponderam movimentos do corpo sensível do autor-criador para o mundo natural.

Considerações finais

A partir das contribuições de Zilberberg (2011), Discini (2009) e Fontanille (1999, 2008), conseguimos depreender distintas estratégias discursivas arquitetadas pelos dois jornais em seus respectivos textos. Além disso, com os pressupostos bakhtinianos e os da epistemologia da comunicação, diferenciamos no primeiro tópico a

temática, a construção composicional e o estilo do gênero *reportagem* em cotejo com a noção de *notícia*. Promover essa análise é relevante para o campo dos estudos do texto e do discurso pois, assim, demonstramos como os componentes de um gênero em (trans)formação se articulam, e também como evidenciamos as distintas estratégias enunciativas dos textos jornalísticos com temática historiográfica. Em outras palavras, esse estudo interdisciplinar problematizou as invariâncias (componentes de um gênero discursivo) e as variâncias (estratégias enunciativas dos textos) do discurso jornalístico.

De forma geral, entendemos que a reportagem com temática historiográfica possui o estatuto de construção do referencial. Assim, o estilo desse gênero agremia um efeito de sentido de *realismo*, que, como vimos, é construído de diferentes maneiras pelo enunciador. Em cada uma das reportagens que analisamos sob o ponto de vista adotado, criva-se uma diferente *referencialização* das *Jornadas de Junho*. Na reportagem I, os protestos de rua e seus participantes são criados emparelhados à percepção sensível do enunciador, pois este escolhe e trata explicitamente de alguns detalhes do objeto percebido. Com isso, amplia-se, nesse texto, o efeito de sentido de subjetividade. Na reportagem II, as manifestações de rua e os manifestantes também são particularizados, todavia há um maior número de indicações sobre o objeto, permitindo, assim, que diferentes aspectos sejam ressaltados. Nesse caso, a interferência subjetiva do enunciador na construção do enunciado diminui, aumentando, por sua vez, o efeito de sentido de objetividade do texto.

Como resultado deste estudo, verificamos, de forma geral, que os dois veículos de comunicação criaram tanto uma estética, quanto uma ética para as manifestações de rua em diferentes momentos das *Jornadas de Junho*. Formou-se uma estética, uma vez que o modo de dizer reiterado do sujeito da enunciação consolida, como explica Discini (2009), uma estilística discursiva, a qual tratou as manifestações de rua ora mais, ora menos disforicamente, selecionando, para isso, determinados léxicos e construções sintáticas. Isso indica também que uma ética foi fundamentada sobre as *Jornadas de Junho*, pois, em alguns momentos, os jornais repudiavam os atos de protesto em prol de determinados valores, em outros, eles os apreciavam positivamente, favorecendo os demais objetos de valor. Esse é um tema que ainda está em debate, seja nas ciências da linguagem, em que este estudo se inclui, seja nas ciências humanas e sociais. Portanto, o que demonstramos efetivamente, neste trabalho, foi a pertinência de se investigar as estratégias discursivas construídas pelo sujeito da enunciação em textos jornalísticos para tratar objetos, a princípio, não encapsuláveis, dada a sua complexidade, como as manifestações de rua das *Jornadas de Junho*.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- ANDREW, J. et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.
- BAKHTIN, M. M. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 261-306.
- BELTRÃO, L. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. São Paulo: EDUSP, 1992.

- BERGER, C.; MAROCCO, B. Reportagem. In: MARCONDES FILHO, C. (Org.). *Dicionário da comunicação*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2014. p. 403-404.
- DISCINI, N. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- FIORIN, J. L. Linguagem e interdisciplinaridade. *ALEA: Estudos neolatinos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 29-53, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/330/33015778003.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- FONTANILLE, J. Point de vue: perception et signification. In: _____. *Sémiotique et littérature: essais de méthode*. Paris: PUF, 1999. p. 41-61.
- _____. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 15-74.
- FSP-FOLHA DE SÃO PAULO. Capa. *Folha de São Paulo*. 20 jun. 2013. Opinião, p. A1.
- GAMA, P. et al. Milhares nas ruas obrigam Alckmin e Haddad a recuar. *Folha de São Paulo*, 20 jun. 2013, Cotidiano, p. C2-C3.
- GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- _____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014b.
- _____. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARCONDES FILHO, C. Notícia. In: _____. (Org.). *Dicionário da comunicação*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2014. p. 360-362.
- MARQUES DE MELO, J. *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo*. São Paulo: FDT, 1992.
- NOBRE, M. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OESP – O ESTADO DE SÃO PAULO. Capa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2013a, Metrôpoles, p. A1.
- _____. Festa e fúria. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2013b, Metrôpoles, p. A24-A25.
- RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. *Dicionário essencial de comunicação*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SOUSA, C. M. de (Org.). *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

WEBB, J. *O design da fotografia*. Tradução de Denis Fracalossi. São Paulo: Gustavo Gili Editora, 2014.

ZILBERBERG, C. *Elementos da gramática tensiva*. Tradução de Ivã Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Recebido em: 11/08/2016

Aprovado em: 28/04/2017